PARTIDO DOS TRABALHADORES E ESTRATÉGIA DEMOCRÁTICO-POPULAR:

que democracia?

Ellen Soares Marinho[1]
Gabriel Moreira Thomaz [2]
Adrianyce A. Silva de Sousa[3]

RESUMO

Este artigo tem como objetivo discutir algumas problemáticas que se colocam para a estratégia da classe trabalhadora no Brasil, na saída do país da ditadura de 1964, e, que são marcadas pelas determinações de um capitalismo dependente cuja realidade econômica, política e social incidem no desenvolvimento de uma democracia efetiva. Particularmente, referimo-nos a estratégia democrático popular, que foi encampada pelo Partido dos Trabalhadores, e que na ocasião desempenhou um papel histórico crucial na luta social democrática. Contudo, a ascensão do Partido dos Trabalhadores, ao poder nos revela que os avanços em torno de uma construção efetivamente democrática não se efetivaram.

Palavras-chave: Democracia, Partido dos Trabalhadores, estratégia democrática popular.

ABSTRACT

This article aims to discuss some issues that arise for the strategy of the working class in Brazil, on the way out of the 1964 dictatorship, and which are marked by the determinations of a dependent capitalism whose economic, political and social reality influence development of an effective democracy. In particular, we refer to the popular democratic strategy, which was taken over by the Workers' Party, and which at the time played a crucial historical role in the democratic social struggle. However, the rise of the Workers' Party to power reveals that the advances towards an effectively democratic construction have not taken place.

---

[1] Bolsista no Programa Treinamento e Capacitação Técnica (TCT) 2020 FAPERJ no projeto "Estratégia democrático-popular e Serviço Social: Uma análise dos fundamentos da cultura profissional renovada". Mestre em Serviço Social e Desenvolvimento Regional. Pesquisadora do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. E-mail: e.soares.marinho@hotmail.com/ nutss.uff@gmail.com

[2] Bolsista no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) 2020 no projeto: "Estratégia democrático-popular e Serviço Social: Uma análise dos fundamentos da cultura profissional renovada". Graduando em Serviço Social na Universidade Federal Fluminense (UFF). Pesquisador do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. E-mail: gabrielmt@id.uff.br

[3] Docente da Escola de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social e Desenvolvimento Regional na Universidade Federal Fluminense - UFF, coordenadora das Pesquisas "Estratégia democrático-popular e Serviço Social: Uma análise dos fundamentos da cultura profissional renovada" e "Cultura profissional e Direção social estratégica: uma análise ontológica das tendências teórico e ídeo-políticas presentes no Serviço Social brasileiro na contemporaneidade" ambas com apoio da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro - FAPERJ. Pós-doutoranda na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Líder do Núcleo Interinstitucional de estudos e pesquisas sobre Teoria Social, Trabalho e Serviço Social – NUTSS. E-mail: adrianyce@gmail.com; nutss.uff@gmail.com

Keywords: Democracy, Workers' Party, popular democratic strategy.

1. INTRODUÇÃO

O processo de “abertura democrática”, marcado pela lenta distensão da ditadura militar no país fermentou um caldo sócio-histórico democrático e popular na sociedade brasileira no início dos anos 80, que teve como consequência a constituição do Partido dos Trabalhadores (PT). Colocado nesta perspectiva, a construção política deste partido não pode ser pensada dissociada dessa dimensão estratégica ao mesmo tempo em que considerá-la supõe mediatizar o próprio desenvolvimento da revolução burguesa no Brasil. Essa perspectiva nos permite identificar, segundo Florestan Fernandes (1976), as debilidades crônicas dessa revolução sob o capitalismo dependente, um “círculo vicioso” que reapresenta o passado na cena histórica e, que a nosso ver impacta a constituição ou realização de uma estratégia democrático-popular no país.

Desse modo, apreender os elementos mais profundos e menos visíveis do capitalismo dependente, como se deu a evolução do capitalismo no Brasil torna-se um dos eixos fundamentais neste debate, sendo esta uma tarefa intelectual militante necessária, como bem expressa Fernandes (1976). Para ele qualquer cientista que se ajuste ao objeto de pesquisa, sem considerar a representação dessa pesquisa no contexto histórico-social investigado, assume o risco de produzir conhecimento superficial e irrelevante (FERNANDES, 2008, p.29). Neste sentido, este trabalho tem como referência uma perspectiva teórico-metodológica critica que dialoga com autores clássicos e contemporâneos que parte da análise da sociedade brasileira de uma perspectiva materialista, histórica e dialética.

Para este sociólogo o caráter da formação econômica do capitalismo no Brasil se constitui estruturalmente dependente, subdesenvolvida e periférica em função de sua não autonomia em relação aos padrões de dominação externa que tem como natureza a concentração extrema da riqueza, o prestígio e o poder em extratos privilegiados, que exclui até mesmo os parâmetros democráticos dentro da ordem burguesa. Dessa forma, a construção de uma estratégia democrático popular pela classe trabalhadora no país e encampada pelo Partido dos Trabalhadores precisa ser analisada a luz destas determinações.

Dito isto, algumas indagações se colocam como pertinentes neste debate, tais como: o compromisso do Partido dos Trabalhadores, com as demandas sociais, caminham na direção de uma democracia efetiva? Ou a ascensão do PT ao poder consolidou uma democracia de cooptação? Dessa forma, o presente material pretende uma aproximação crítica com este debate que consideramos atual e necessário para o próprio entendimento do atual momento da sociedade brasileira em tempos de crise do capitalismo contemporâneo e de consciência de classe e lutas sociais na superação do irracionalismo e da barbárie.

2. CAPITALISMO DEPENDENTE: PARTICULARIDADE BRASILEIRA E A MARCA DA FORMAÇÃO SOCIAL.

Para pensar a estratégia democrático e popular e sua relação com o Partido dos Trabalhadores, consideramos necessária uma compreensão das particularidades históricas da formação social brasileira, e para tanto devemos superar as análises, que por uma via meramente linear, tomam como parâmetros resultados externos repetindo a história de outros povos (EUA e Europa). Para Florestan Fernandes (1976) trata-se ao contrário, de determinar como se processou a absorção de um padrão estrutural e dinâmico de organização da economia, da sociedade e da cultura. Esta perspectiva exige uma combinação dialética entre fatores objetivos e subjetivos, entre o legado da história e suas intencionalidades como afirma Dantas (2017).

Importante compreender que a ordem burguesa no Brasil não precisou se impor contra a velha ordem, uma vez que a crise do poder não significou um colapso, mais uma transição, ainda sob a hegemonia da oligarquia, “uma recomposição das estruturas de poder” (FERNANDES, 1976, p 240-241) pela qual se configuram historicamente, o poder burguês e a dominação burguesa. A burguesia como um todo (incluindo-se nela as oligarquias) se ajustou a situação segundo uma linha de múltiplos interesses e de adaptação ambíguas, preferindo a mudança gradual e a composição a uma modernização impetuosa, intransigente e avassaladora.

Assim a consolidação conservadora da dominação burguesa se estabeleceu pela acomodação dos conflitos, uma aparente “crise do poder oligárquico”

acomodando os setores radicais das “classes médias”, os setores insatisfeitos da grande burguesia e a pressão das oligarquias tradicionais (FERNANDES 1976, p.243). Neste sentido, a oligarquia compôs com os círculos industriais e com o imperialismo, difundindo seu modo de ver e de praticar as regras do jogo de dominação. Nos termos de Iasi (2013):

> [...] a revolução burguesa no Brasil se dá por uma aliança entre os setores que assumiram o “espírito burguês” e partir das velhas elites oligárquicas e o que os une é necessidade de frear a revolução vinda de baixo, dos trabalhadores urbanos e rurais e demais segmentos explorados pela ordem oligárquica. A forma particular desta economia colonial inscrita no mercado mundial e, portanto, no desenvolvimento internacional do modo de produção capitalista, também leva a incorporação do imperialismo neste bloco de alianças que torna possível a consolidação da ordem burguesa entre nós (IASI, 2013, p.02).

De acordo com Florestan após 1930 a burguesia brasileira viu-se sob constante pressão externa do proletariado. Deste modo, ela assume uma posição de contrarrevolução defensiva que altera substantivamente as formas e a função da dominação. Todo este processo possibilitou uma maior abertura da burguesia com o capital financeiro, transformando o Estado em instrumento exclusivo de poder, intimidando qualquer ameaça operária ou popular de subversão da ordem, inclusive uma revolução democrática-burguesa (FERNANDES 1976, p. 253-255).

Para Coutinho (2006) é depois de 1930 que efetivamente se dá a consolidação e a generalização das relações capitalistas em nosso país. Segundo este autor com a Revolução de 1930, os setores das oligarquias agrárias, mais precisamente os que não estavam ligados diretamente ao mercado externo, deslocam do papel de fração hegemônica no bloco no poder a oligarquia cafeeira, cooptando alguns segmentos da oposição da classe média. A partir de 1937, com o estabelecimento da ditadura do Estado Novo se promove, sob a égide do Estado, um intenso e rápido processo de industrialização pelo alto. Nestes termos, o principal protagonista de nossa industrialização foi o próprio Estado, que se consolidou não só por meio de políticas cambiais e de crédito que beneficiavam diretamente a indústria, mas também pela criação direta de empresas estatais, sobretudo nos setores energético e siderúrgico. Tal processo teve início a partir dos anos 1930 avançando pelo menos até a

implantação do neoliberalismo nos anos 1990, momento em que o capital financeiro assume a supremacia do poder.

Dantas (2017) afirma que o Estado não possui uma postura límpida e nem neutra, ele se configura como uma correlação de forças de classes, ou seja, as tensões e as lutas sociais intraclasses dominantes e entre as classes sociais são respondidas. Contudo ele age para assegurar uma reprodução de forma determinada, em seu conteúdo, isto é, uma maneira própria e articulada de desenvolvimento do capital que garante a permanência da dominação de classes. Segundo Fernandes (1976) dominação burguesa garante uma “sólida democracia restrita” por sua composição de poder heterogêneo que identificou a pressão das massas populares como inimigo principal. Esse modelo de dominação burguesa heterogênea e compósita acomodou interesses burgueses de setores arcaicos e a modernização controlada de fora, em meio a um processo constantemente revitalizado.

Segundo Florestan (1975) a configuração da luta de classe na América Latina demonstra que as classes sociais não se veem como classes, mas operam em meio a uma “mistificação burguesa” que defende “ilusões nacionais”. Nega-se a existência das classes sociais enquanto tais, bem como, o jogo econômico, social e político imposto pelos interesses burgueses. Desta forma, no Brasil ocorre a difusão de hábitos de consumo de massa e de paradigmas do capitalismo moderno, porém esse processo não permite realizar a redistribuição de renda, prestígio e poder nos marcos da própria estratificação em classes sociais. Um capitalismo dependente que associa crescimento econômico dependente; concentração de renda, prestígio social e poder para as classes dominantes e miséria e exclusão para os “de baixo”.

Ainda segundo Fernandes (1979) as burguesias nativas, tendo seus elos internos de dominação imperialista, não podem sequer “admitir a transição da democracia restrita para a democracia de participação ampliada”, nos limites da própria democracia burguesa (FERNANDES, 1979, p.40). Nestes limites não ocorre possibilidades de conciliação dentro da ordem. Tal processo demostra que a burguesia brasileira não é débil nem frágil. Assim a expansão, o desenvolvimento, o crescimento econômico interno são controlados a partir de fora e negociados pelo

poder de barganha, sendo parceira menor, para garantir a incorporação no mercado mundial (FERNANDES, 1975, p. 19).

Sendo assim essas reflexões são necessárias em tempos de crise do capital e aprofundamento do neoliberalismo alicerçado em processos ultraconservadores. Este horizonte nos permite compreender que a nossa formação social possui elos que caracterizam um movimento de continuidade e acirramento de determinações que se referem ao nosso desenvolvimento dependente inserido de maneira desigual e combinada no desenvolvimento do capitalismo. Sendo preciso identificar de que maneira as classes se movimentam e nessa disputa seus projetos antagônicos de sociabilidade vão se expressar numa configuração democrática e popular e se essa estratégia foi protagonizada pelo Partido dos Trabalhadores.

2.1. A saída da Ditatura militar e o significado para a esquerda no Brasil

O período de transição da ditadura militar no país para uma fase “democrática”, mesmo considerando os elementos anteriormente tratados constitui-se um marco civilizatório expressivo para os segmentos progressistas no país. Sob os alicerces desta transição que se configura o período de efervescência deste caldo democrático e popular é que se constitui o Partido dos Trabalhadores (PT). O Partido surge como parte da nova estratégia da classe trabalhadora, a Estratégia Democrática Popular. Esta se coloca como alternativa as formulações e estratégias da classe trabalhadora, hegemonizada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma vez que sua organização política entendia que o desenvolvimento do capitalismo já estava em curso, pressupondo uma mediação anterior ao socialismo denominada de democrático e popular (IASI, 2013 p.05).

Segundo Marques (2019) pode-se considerar que a gênese da Estratégia Democrático-Popular se localiza ainda na fase madura da Revolução Burguesa, que tinha como base a proposta de uma Revolução Nacional Democrático-Burguesa alimentada pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) no período de 1950/1960. Essa programática era fundamentada numa interpretação da realidade brasileira, que

referenciava a tradição da esquerda mundial estabelecida nas teses da Internacional Comunista durante a primeira metade do século XX.

Marques (2019) considera que as inspirações das teses se pautavam na perspectiva marxista-leninista, tendo como base as reflexões de Lênin sobre a Revolução Democrática para a Rússia Tzarista e na suposta existência de vestígios feudais nos países da América Latina e do Oriente, consolidando uma teoria da revolução de maneira etapista. Em suas palavras:

> [...] a proposta de Revolução democrático Nacional se formulou às avessas do método dialético, prevalecendo em seu lugar um —signo de abstrações, de —nominalismos e de —esquemas estéreis de vanguarda que nada mais fizeram do que —permanecer anos marcando passo (MARQUES, 2019, p. 28-30).

Nestes termos, ao desconhecer a realidade política, social e econômica nacional, teorias e exemplos clássicos estrangeiros foram sendo absorvido e admitidos como um devir histórico, sem reflexões e indagações quanto à sua real efetividade e aplicabilidade na realidade concreta. Assim, o novo partido surgido entre 1979/80, o Partido dos Trabalhadores (PT) teria que firmar sua posição diferenciando-se da tradição comunista (IASI, 2013).

Tal posicionamento se dava pela intensa luta dentro do sindicalismo que obrigava uma demarcação com a linha do PCB e posteriormente com o Partido Comunista do Brasil (PCdoB)[4].

Coutinho (2006) deixa claro que a emergência do Partido dos Trabalhadores, nascido dos movimentos sociais e propondo uma estratégia socialista, segundo esse autor, (no nosso entendimento, não muito clara), cultivou na agenda questões da 'grande política'. A ofensiva neoliberal encontrou uma forte resistência no Partido dos Trabalhadores e nos movimentos a ele direta/indiretamente vinculados (CUT, MST, CPT etc.). Sua forma organizativa e política movimentou a conjuntura política brasileira. Contudo, ainda que carregasse esse traço progressista em sua ascensão

[4] Criado a partir do rompimento de um conjunto de militantes que abandonaram o PCB na conjuntura da derrota de 1964, assim como pela aglutinação de seus divergentes, a exemplo da corrente trotskista que haviam acumulado críticas, desde os anos 20, à formulação estratégica determinante no período passado.

ao poder o governo do PT se colocou como agente eficaz de continuidade da pauta neoliberal, enfraquecendo a esquerda na correlação de forças das classes sociais.

3. GOVERNOS PT E CLASSE TRABALHADORA: DEMOCRACIA DE COOPTAÇÃO?

Como tratamos anteriormente, o Partido dos Trabalhadores (PT), surge em um contexto de pautas democráticas e populares, que passam a ser também expressas nas ações da classe trabalhadora contra a exploração da sua força de trabalho. No final da década de 1970, os operários organizaram intensas greves contra a exploração e precarização a que estavam submetidos; rapidamente essa indignação política se alastrou para outros setores e se teve, "(...)uma fusão de classe contra a ameaça comum materializada na autocracia burguesa" (IASI, 2013, p. 4). O que se viu, foi um período de brusca transição para a compreensão da urgência da organização política, que aponta o processo de constituição de uma classe e a tomada de consciência de seu lugar dentro da sociedade.

O PT objetivando firmar sua posição distinta da tradição comunista do PCB e crítica à estratégia democrática nacional, se coloca contra a perspectiva "etapista" dessa estratégia para superação do capitalismo. O Partido dos Trabalhadores coloca então como alternativa o socialismo enquanto meta estratégica para a revolução do proletariado[5].

Para além disso, o PT como expressão da estratégia democrático popular, em teoria reivindica a construção de reformas anti-imperialistas e anticapitalistas por vias democráticas, com o apoio popular, para que se acumule forças e então ocorra a ruptura socialista. No entanto, o que se viu na prática durante o início do primeiro governo PT, não foi uma postura de implementação de reformas radicais de forma que desgastassem o modo de produção capitalista. O que ocorreu foi abertura de mão

[5] Concordamos com Iasi (2013) que essa compreensão é equivocada uma vez que o PCB com a estratégica democrática e nacional não excluía a meta socialista. "O PCB supunha um desenvolvimento capitalista como condição prévia de uma revolução proletária, enquanto o PT, acreditando que o desenvolvimento capitalista já havia se dado, ainda pressupõe uma mediação anterior ao socialismo que denomina de democrático popular" (IASI, 2013, p. 06).

da radicalidade inicial, moderação do programa, e busca por uma ampliação das alianças rumo ao “centro” (IASI, 2013, p. 16).

Nota-se na prática que as alianças necessárias para chegar até o governo não são o suficiente para sustentá-lo — e se alargam para além do centro, passando a incluir a direita também. O que acontece, então, é a perda de radicalidade do PT em seu programa e a tentativa de mediação entre a classe trabalhadora e a burguesia, por meio de uma “democracia de cooptação”. Nos termos de Marques,

> A concretude da "democracia de cooptação" se deu não apenas pela manutenção de um perfil autocrático na institucionalização política e, sobretudo econômica "dentro da ordem" capitalista; como, o programa político construído pela classe trabalhadora (...), favoreceu a cooptação "para baixo" (MARQUES, 2012, p. 97).

Com isso, o PT, se concentrou em promover emprego e capacidade de consumo para os empregados e programas sociais compensatórios, focalizados e assistenciais, para os miseráveis. O Partido dos Trabalhadores não levou a classe trabalhadora até a meta socialista inicial e em contrapartida encerrou o ciclo de consolidação da revolução burguesa no país. Isso ocorreu através do desarme das condições políticas e organizativas assim como da consciência de classe dos trabalhadores que poderia levar ao rompimento da ordem capitalista (IASI, 2013).

4. CONCLUSÃO

As questões brevemente abordadas colocam, a nosso ver, na ordem do dia a importância de aprofundamento analítico sobre as reais implicações dos governos PT sobre as esquerdas brasileira, assim como explicitar o quanto de neoliberalismo se aprofundou nesses governos. Como bem afirma Coutinho (2006) à chegada do PT ao governo federal em 2003, reforçou de maneira significativa a hegemonia neoliberal. Este autor deixa claro que a escolha pelo governo petista de uma política macroeconômica abertamente neoliberal, e a cooptação exercida sobre os movimentos sociais para sustentar essa escolha política significou o engessamento da maioria deles – desarticulando os processos de resistências ao modelo liberal-corporativo abrindo caminho para estabilização da consolidação da hegemonia

neoliberal no território brasileiro. Logo, a contemporaneidade assistiu neste governo uma das características mais marcantes dos processos de 'revolução passiva', e de 'transformismo', ou seja, um processo de cooptação das principais lideranças da oposição pelo bloco no poder.

Isso mostra que o protagonismo do PT no tocante a transição para uma alternativa socialista para o Brasil se dá por meio de um estranhamento, não estando nele o caminho para uma revolução socialista. Seu protagonismo consolidou-se por meio de uma "democracia de cooptação", que consolida a ordem burguesa no país. Para Iasi (2013) a ordem burguesa cujo desenvolvimento econômico se deu a partir de uma autocracia, logrou êxito e condições para chegar a forma madura de sua expressão política em uma sociedade civil burguesa, sob as bases democráticas constrangidas e edificadas pela determinação da forma capitalista que lhe serve de suporte. Podemos enfim transitar de uma dominação burguesa "sem hegemonia" para uma forma de dominação burguesa "com hegemonia". Tal façanha não seria possível sem o Partido dos Trabalhadores (IASI, 2013, p. 17).

Entendemos que para que a esquerda brasileira possa construir propostas alternativas e urgentes de tática e estratégica é fundamental a análise crítica das determinações presentes em nossa história recente o que significa revisitar criticamente os governos do Partido dos Trabalhadores e seus impactos sobre a capacidade organizativa da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

COUTINHO, C. N. O Estado brasileiro: gênese, crise e alternativas. In: LIMA & NEVES (Orgs). **Fundamentos da educação escolar do Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Fiocruz, EPSJV, 2006 (p.173-200). Disponível em http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/CAPITULO_5.pdf Acesso em de maio de 2021.

Dantas, André Vianna. **Do socialismo a Democracia**: Tática e estratégia na Reforma Sanitária Brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2017.

Fernandes, F. **A Revolução Burguesa no Brasil:** Ensaio de interpretação sociológica. 2º ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

_____. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

_____. **Apontamentos sobre a "teoria do autoritarismo"**. São Paulo: HUCITEC, 1979.

Iasi, M. L. **O PT e a Revolução Burguesa no Brasil, 2013**. Disponível em: https://fdinarc oreis.org.br/fdr/2014/03/16/o-pt-e-a-revolucao-burguesa-no-brasil/. Acesso: 05/05/2021.

_____. L. Isabel Mansur Figueiredo, Vitor Neves (orgs.) **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico/ Marília: Lutas Anticapital, 2019.

Marques, M.G. Elementos da Estratégia Democrático-Popular em Prado Jr, Fernandes e Chasin, e de sua Crítica em Marine. In: Iasi, M. L. Isabel Mansur Figueiredo, Vitor Neves (orgs.) **A estratégia democrático-popular**: um inventário crítico/ Marília: Lutas Anticapital, 2019.

_____. **Em busca da "Revolução Brasileira***":* O democrático-popular como expressão político-programática da formação da classe trabalhadora no Brasil. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2012.